

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.308 - PR (2019/0282622-9)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : **DIRCE CLEA MINIKOWSKI**  
**RECORRENTE** : **DIVANIR NOGOSEKI MAXIMILIANO**  
**RECORRENTE** : **DULCE ESPINDOLA**  
**RECORRENTE** : **ELOISA ALVES**  
**RECORRENTE** : **GINA MARA PRESTES**  
**RECORRENTE** : **JUCARA DE FATIMA GEQUELIN FRANCISCO**  
**RECORRENTE** : **JAMIL ADAO FERREIRA MAIER**  
**RECORRENTE** : **LINO BATISTA SEIXAS**  
**ADVOGADOS** : **LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123**  
                  **CARMEN GLORIA ARRIAGADA BERRIOS - PR020668**  
                  **RAFAEL MACEDO DA ROCHA LOURES - PR036728**  
                  **SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788**  
**RECORRIDO** : **CAIXA SEGURADORA S/A**  
**ADVOGADOS** : **ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA - PE016983**  
                  **LEONARDO LEAL BEZERRA CAVALCANTI - PE025815**  
**INTERES.** : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADOS** : **JOAO CORREA SOBANIA - PR011173**  
                  **LUIZ CARLOS LUGUES - PR012146**  
                  **ELAINE GARCIA MONTEIRO PEREIRA - PR027747**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO INTERNO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE  
SUSPENDEU O FEITO EM RAZÃO DA ORIENTAÇÃO  
EMANADA DO 1º VICE-PRESIDENTE DESTA CORTE -  
RECURSO INTERPOSTO FORA DO PRAZO LEGAL DE  
CINCO DIAS, CONFORME DISPÕE O ART 557, § 1º DO CPC E  
332 DO RI/TJPR - RECURSO INTEMPESTIVO  
RECURSO NÃO CONHECIDO

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões de recurso especial, os recorrentes alegam violação dos artigos 1.021, § 4º, e 1.037 do Código de Processo Civil.

Pois bem. No tocante à intempestividade do recurso, consignou o Tribunal paranaense (fl. 1.053/e-STJ):

Compulsando-se os autos, verifica-se que a agravante foi devidamente

intimada da decisão recorrida em 28/11/2017, iniciando-se o prazo para a interposição de eventual recurso em 29/11/2017 (quarta- feira), sendo que o termo final, nos termos do art. 219 do CPC/15, se deu em 22/01/2018, porém, o presente recurso somente foi protocolado no dia 08/03/2018, sendo, portanto, manifestamente intempestivo.

E nem se cogite que o pedido de reconsideração interromperia o prazo, uma vez que já é pacífico o entendimento que o requerimento de reconsideração não possui qualquer efeito sobre a fluência do prazo recursal.

O entendimento do acórdão recorrido, no ponto, está de acordo com a jurisprudência pacífica desta Corte, conforme se verifica dos seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. INTEMPESTIVIDADE. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. SUSPENSÃO OU INTERRUPÇÃO DO PRAZO. INOCORRÊNCIA. 1.

É intempestivo o agravo interno interposto fora do prazo de quinze dias úteis previsto no art. 1.003, § 5.º, do CPC/2015.

2. Consoante o entendimento desta Corte, o simples pedido de reconsideração não suspende ou interrompe o prazo para a interposição do recurso próprio.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no RCD no MS 23.382/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2019, DJe 04/09/2019)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

INTEMPESTIVIDADE. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERRUPÇÃO DO PRAZO RECURSAL.

- O pedido de reconsideração, por não ter natureza recursal, não suspende e nem interrompe o prazo para interposição do recurso cabível.

- Agravo não conhecido.

(AgInt no AREsp 972.914/RO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 08/05/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE

DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. NÃO INTERRUPTÃO DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO DO ART. 544 DO CPC. INTEMPESTIVIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. É entendimento desta Corte Superior que o agravo é o único recurso cabível contra decisão que nega seguimento a recursos excepcionais.

2. Consoante a jurisprudência sedimentada nesta Corte, o pedido de reconsideração nem interrompe nem suspende o prazo para a interposição do recurso cabível.

3. É intempestivo o agravo em recurso especial interposto fora do prazo legal de 10 dias previsto no art. 544 do Código de Processo Civil.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg nos EDcl no AREsp 638.013/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2015, DJe 27/10/2015)

Por outro lado, o Tribunal paranaense, ao aplicar a multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil atual sem esclarecer as razões pelas quais a parte agravante deveria ser penalizada, divergiu do entendimento desta Corte, segundo o qual a imposição da sanção processual não pode ser entendida como decorrência lógica do não provimento do agravo interno, ainda que isso se dê em votação unânime, devendo-se analisar cada caso, em decisão fundamentada. Para autorizar a condenação ao pagamento da penalidade, é preciso que o agravo interno se mostre manifestamente inadmissível, descabido, ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória. Confira-se:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO CONHECIDO APENAS NO CAPÍTULO IMPUGNADO DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA APRECIADOS À LUZ DO CPC/73. ACÓRDÃO EMBARGADO QUE NÃO CONHECEU

DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. PARADIGMAS QUE EXAMINARAM O MÉRITO DA DEMANDA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. REQUERIMENTO DA PARTE AGRAVADA DE APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

1. Nos termos do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015, merece ser conhecido o agravo interno tão somente em relação aos capítulos impugnados da decisão agravada.

2. Não fica caracterizada a divergência jurisprudencial entre acórdão que aplica regra técnica de conhecimento e outro que decide o mérito da controvérsia.

3. A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do não provimento do agravo interno em votação unânime. A condenação do agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não ocorreu na hipótese examinada.

4. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa extensão, improvido.

(AgInt nos EREsp 1120356/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 29/08/2016)

Em face do exposto, dou provimento, em parte, ao recurso especial para afastar a multa.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora